

Enunciado Proverbial: binarismo rítmico e semântico?

Aracy Ernst-Pereira*

Em trabalho realizado em 1994,¹ tratei dos provérbios dentro do quadro teórico da Análise de Discurso de linha francesa, tentando mostrar que sua constituição se assenta numa dualidade semântica densamente marcada no nível sintático. Na realidade, procurava evidenciar simultaneamente o mecanismo de sujeição e o de sublevação do indivíduo a processos ideológicos que se materializam através da linguagem. Para isso, lancei mão de dois conceitos: um mais ligado à tese althusseriana da interpelação ideológica – o da censura, de caráter sociocultural – e o outro derivado da psicanálise – o do desejo, de natureza pulsional. Continuo vendo a constituição dos provérbios como dual e como reflexo da própria constituição do sujeito pragmático ocidental que se organiza em esquemas rigidamente binários, buscando uma pretensa estabilidade para sua vida.² No entanto, o que estou pretendendo discutir aqui é uma possível relação entre a simetria rítmica que os caracteriza e uma dualidade de ordem semântica que diz respeito à natureza dos argumentos que af se sustentam e que sustentam todo e qualquer discurso. Estou evidentemente relacionando os provérbios à noção de *topos* da teoria da argumentação na língua e partindo de uma de suas hipóteses básicas: “atrás das palavras não há objetos do mundo, mas outras palavras” (Anscombe, 1995, p. 65).

Basicamente, pretendo responder a duas questões: por que os provérbios usam determinadas estruturas rítmicas e se a essas estruturas rítmicas de compleição binária corresponde (ou não)

* Doutora pela PUCRS. Professora do Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL).

¹ Trata-se da tese de doutorado Na inconsistência do humor, o contraditório da vida. Um estudo sobre provérbios e alterações proverbiais (PUCRS).

² Refiro-me aqui ao espaço de necessidade equívoca que coloca em jogo uma bipolarização lógica das proposições enunciáveis numa simplificação unívoca, eventualmente mortal, para si mesmo e para os outros. (Pêcheux, 1990)

um binarismo semântico. Para tanto, trabalharei uma possível relação entre o discurso mítico e o discurso proverbial, hipótese apresentada de forma muito rudimentar no trabalho acima citado (cf. Ernst-Pereira, 1994, p. 102), também formulada em Anscombe (2000, p.26), mobilizando pressupostos da Teoria da Argumentação na Língua, especificamente os que tratam dos *topoi*,³ noção hoje abandonada por Ducrot em favor da teoria dos blocos semânticos, mas que continua tendo seus desdobramentos nos estudos de Anscombe e de Raccah.

1 (Im)possibilidade de definição de provérbio

No uso corrente, o termo "provérbio" confunde-se com outros, principalmente, com "máxima" e "ditado". Essa imprecisão deriva-se da ausência de critérios claros e definidos que possam realmente operar uma distinção entre eles. Geralmente, a diferença baseia-se na oposição linguagem popular (oral) x linguagem erudita (escrita). Em grego, o termo "paroimia" (provérbio) designa um enunciado anônimo, considerado uma herança coletiva, diferente de "máxima", que se refere à formulação feita por um sábio. Portanto, enquanto o provérbio origina-se da sabedoria popular transmitida de geração em geração e consistiria num ensinamento prático e de utilidade imediata, a máxima provém de um autor específico e seria uma reflexão de ordem filosófica ou psicológica. No entanto, a origem popular e coletiva do provérbio investe-o de importância e de autoridade, fazendo-o funcionar como uma garantia de verdade, mesmo porque é aceito por grande parte dos locutores.

Anscombe também opera a distinção entre máxima, provérbio e ditado a partir do mesmo critério, o da proveniência. Diz ele:

³ O termo *topos* é de origem aristotélica e foi recuperado por Ducrot (1995) numa outra perspectiva. Enquanto para Aristóteles constitui-se numa espécie de reservatório onde um orador pode encontrar toda classe de argumentos necessários para defender suas teses – em *Os Tópicos*, o filósofo apresenta uma lista de argumentos possíveis a serem empregados por qualquer orador que queira provar algo –, para Ducrot, o sentido é mais restrito, sendo considerado um princípio argumentativo, uma espécie de fiador que garante a passagem do argumento à conclusão.

⁴ A equivalência "anônimo/popular" produziu o descrédito desse gênero, em certa época, uma vez que era visto como uma forma linguística fixa, estereotipada e, conseqüentemente, banal, enquanto a "máxima" por ser considerada, em contrapartida, aberta, original e imprevisível desfrutava o estatuto de "linguagem cultivada" e "erudita", fato que foi modificado, no século XX, graças ao interesse da etnologia e da sociolinguística.

"Nous dirons qu'une forme sentencieuse a un *auteur* si son énonciation la présente comme l'opinion ou le jugement d'une communauté linguistique particulière, i.e. qui n'est pas la totalité de la communauté linguistique correspondant (ou vue comme telle) à la langue étudiée." (1995, p. 69)

Dessa forma, enquanto os primeiros têm autor, susceptível de ser identificado, como por exemplo no enunciado "Os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos", formulado por Comte, os provérbios e os ditados, ao contrário, não têm autoria definida, como por exemplo em "Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura" ou em "Quem diz o que quer ouve o que não quer".

Uma outra forma adotada para estabelecer a diferença remonta a Aristóteles e diz respeito ao fato de que todo provérbio teria como traço definidor a metáfora, o que o distinguiria das máximas e dos ditados. Assim, a maioria dos provérbios (enunciados sem autoria precisa), utilizados no discurso, seriam metafóricos – "Um dia é da caça, o outro do caçador" – e a maioria das máximas (enunciados com autoria) seriam interpretadas no sentido literal, como também os ditados (enunciados sem autoria que se referirem basicamente a fenômenos meteorológicos, de acordo com Greimas, 1975). Por outro lado, há um número considerável de enunciados não metafóricos que os falantes "sentem" como provérbios – "Antes tarde do que nunca", "Tal pai, tal filho", "Os últimos serão os primeiros", "Quem espera sempre alcança", "Quem cala consente", etc. Há também enunciados que se referem a fenômenos meteorológicos, mas que podem ser usados metaforicamente, referindo-se à conduta humana, por exemplo: "Depois da tempestade vem a bonança". Daí a crítica de Anscombe (1994) à distinção entre provérbio e ditado, estabelecida por Kleiber (1988), que propõe não ser a presença da metáfora o que possibilita a distinção entre esses termos, mas o traço "humano". Dessa forma, o enunciado "Um homem precavido vale por dois" seria sempre provérbio, mesmo não sendo metafórico. Anscombe ampara sua crítica em dois argumentos: um diz respeito ao fato de que há enunciados que, à primeira vista, parecem simples ditados com conteúdo meteorológico, mas cujo léxico aponta para situações humanas; o outro refere-se à possibilidade de enunciados, no seu sentido literal, não só designarem fenômenos meteorológicos, mas também condutas humanas.

Ao lado desses aspectos que visam a buscar as diferenças entre os termos em questão, encontram-se outros que mostram justamente suas similaridades, tais como uma determinada fixidez da forma, mais pronunciada nos provérbios e nos ditados do que nas máximas, e o caráter prescritivo, geral e universalizante.

Tais considerações mostram a dificuldade de classificação das formas sentenciosas em provérbios, ditados, máximas, etc. Segundo Anscombe (ibid.), somente um estudo em profundidade de suas propriedades lingüísticas, o que jamais foi feito, conforme seu conhecimento, poderia dar conta dessa problemática. O que me interessa dessas observações iniciais é dizer que distingo os termos "provérbios" e "ditados" – enunciados anônimos que constituem a "Vox Populi" – das "máximas" – enunciados provindos de indivíduos particulares – e justificar, dada a dificuldade de classificação, o uso lato do termo "provérbio" que abarcará o termo "ditado".

2 Relação entre provérbios e "topoi"

Ressaltada, pois, a fluidez dos critérios preliminarmente expostos, que parecem não promover uma diferenciação de caráter prático entre os termos em pauta,⁵ as considerações daí provenientes servem de mote, no entanto, para refletir sobre o estatuto axiológico, anônimo e institucionalizado do provérbio.

Na realidade, o que está em jogo é um movimento ideológico, acrônico, atemporal, "omni-histórico", que sustenta as formas proverbiais produzidas, independentemente da temporalidade marcada pela situação enunciativa onde são empregados. Ele está presente na língua e se constitui no conjunto de *topoi* que se consubstanciam nas formas sentenciosas, dentre elas, os provérbios. De acordo com Anscombe:

"... il y a des énoncés derrière les mots. Or nous avons fréquemment affirmé qu'il existait en langue un réservoir de *topoi* tout prêts à l'usage, à savoir les proverbes, et plus généralement les formes sentencieuses. Or elles fonctionnent d'une façon très proches de celle des stéréotypes: légitimer son comportement en disant par exemple *La fin justifie les moyens*, c'est d'une certaine façon définir le mot *moyen*, en lui associant un énoncé comme *Tous les moyens sont bons*. Sens qu'il n'a pas toujours, en tout cas pas nécessairement." (1995, p. 66 – o grifo é meu).

Pode-se estabelecer um elo entre a afirmação de Anscombe e a definição de estereótipo formulada por Amossy: "Le stéréotype, c'est le prêt-à-porter de l'esprit" (1991, p. 9). Para a autora, nosso espírito encontra-se povoado de representações coletivas através

⁵ Há duas tendências opostas com relação à definição de provérbio: uma que conclui pela total impossibilidade de defini-lo (cf. Taylor, 1931; Whiting, 1932) e outra, mais otimista, que acredita ser possível construir uma definição, apesar de ser uma tarefa árdua (cf. Milner, 1969; Kleiber, 1984).

das quais apreendemos a realidade cotidiana e fazemos significar o mundo. Essas representações coletivas, de que fala a autora, podem ser aproximadas, sob o meu ponto de vista, à noção de "topoi", lugares-comuns que preexistem à nossa fala. De acordo com Ducrot (1988), eles são responsáveis pelo caráter coercitivo da argumentação. Admitir a conclusão a que nos leva um enunciado é, portanto, uma necessidade quando argumentamos e essa necessidade provém do fato de a conclusão estar baseada numa crença compartilhada pelos membros de uma coletividade, o que não significa que seja comum a essa coletividade, mas sim que é apresentado como tal.

Portanto, as formulações fixadas na língua, derivadas dessas representações coletivas, funcionam como estereótipos (modelos de pensamento, modelos estilísticos, modelos lexicais, etc.) que, consciente ou inconscientemente, formam nossa mentalidade e nosso discurso,⁶ e que têm caráter generalizante e redutor. Com efeito, todo e qualquer enunciado produzido é imperativamente conduzido por esses elementos da memória cultural que podem ocorrer explicitamente ou se fazerem presentes de forma subreptícia, modelando os enunciados numa certa direção. Vejam-se alguns exemplos:

- (1) O que ela disse é a mais pura verdade, portanto não merece ser castigada. ("Quem diz a verdade não merece castigo")
- (2) Maria partiu para Paris e João nunca mais a verá. Mas, estando longe, logo vão acabar esquecendo a paixão. ("Longe dos olhos, longe do coração")
- (3) Deixa de ser boba: Vai lá, fala com ele e diz o que estás querendo. Tu não tens boca? ("Quem tem boca vai a Roma")
- (4) Ela é mesmo audaciosa. Em tempo de crise, ao invés de ficar só com a loja do shopping que está dando lucro resolve abrir outra no centro. De repente, perde tudo. ("Mais vale um pássaro na mão do que dois voando")

⁶ Aqui seria interessante citar-se a diferenciação proposta por Schapira (1999) entre estereótipos de pensamento e estereótipos de língua. Os primeiros fixam crenças, convicções, preconceitos e superstições. Por exemplo: os judeus são avaros, as mulheres loiras são idiotas, quem é feliz no jogo é infeliz no amor, etc. Já os segundos dizem respeito aos que se fixam também na língua e que são repetidos sem que se possam mudar os termos que os integram. Mas se constituem, os dois, em atributos invariáveis que fazem parte do imaginário social e que são alimentados incessantemente por diferentes formas de linguagem.

- (5) Ela é mesmo audaciosa. Em tempo de crise, ao invés de ficar só com a loja do shopping resolve abrir outra no centro que parece já estar dando lucro. Ela sempre se sai bem. ("Quem não arrisca não petisca")

Vê-se, portanto, que o dizer é agenciado por elementos presentes na memória e que, mesmo sendo (e por serem) de ordem ideológica, podem ser contraditórios,⁷ conforme mostram os exemplos (4) com o (5); portanto, a liberdade de dizer o que se pensa de acordo com o "próprio julgamento e a consciência" depende daquilo que apriorística e dualisticamente (o que tentarei mostrar mais adiante) já se encontra definido na coletividade.

De acordo com Anscomb (1994), o provérbio serve de quadro e garantia de um raciocínio, denotando um "topos", como se constata nos exemplos acima. Os "topoi" constituem-se, para ele, em representações ideológicas que tanto mais perniciosas se tornam na medida em que não se apresentam como tais, mas como resultado de um raciocínio. É esse, para o autor, o princípio do discurso político ou dos "slogans" publicitários, que forjam um "topos", a partir de uma fórmula enganosa, para atender às suas necessidades. Racciah igualmente postula a hipótese, segundo a qual:

"as palavras de uma língua natural são convencionalmente associadas a *topoi* (...); essas associações são responsáveis pelo fato de que o uso de uma palavra reflete uma ideologia, uma crença, ou, simplesmente uma competência particular." (1995, p. 1)

Schapiro (1999) se pergunta se mesmo os cidadãos das sociedades mais democráticas são tão livres quanto crêem.⁸ A autora trata da questão, considerando os enunciados sentenciosos, automatismos, e imputando ao sujeito a responsabilidade de sua utilização. Sugere que é a inércia e a preguiça intelectual que o fazem empregar essas idéias "prontas". Não penso que tal fato ocorra em decorrência desses fatores individuais, mas sim em função de mecanismos sócio-culturais altamente eficazes e sutis que envolvem o indivíduo, fazendo-o crer em supostas verdades, independentemente de sua "vontade".

⁷ Esses princípios gerais – os "topoi" – provêm de ideologias diferentes e, dessa forma, não sendo lógicos, mas ideológicos, sustentam pontos de vista divergentes. Comparem-se, por exemplo, os provérbios "Longe dos olhos, longe do coração" e "Longe dos olhos, perto do coração".

⁸ Esta questão da submissão do homem a discursos outros que o constituem como sujeito é tratada na análise de discurso, fundada por Pêcheux, a partir do conceito althusseriano de "interpelação ideológica", tomado do materialismo histórico.

Mas como funcionam lingüisticamente esses mecanismos? Acredito que, no caso dos provérbios, essa ação ideológica é assegurada por sua estrutura formal e pela ruptura que se dá na cadeia da fala, quando são enunciados. Apresentam rima interna, aliterações, assonâncias ou padrões rítmicos recorrentes, fatores esses secundados por uma estruturação sintática peculiar (frases elípticas, inversão na ordem padronizada dos constituintes de frase e construções paralelísticas) e a sua enunciação é sempre acompanhada de uma pausa e pela mudança de entonação. Essa última característica tem sido evocada para mostrar a presença da polifonia. Partindo da afirmação de Greimas (1975) de que "o locutor abandona voluntariamente sua voz, tomando uma outra de empréstimo a fim de proferir um segmento de fala que não lhe pertence propriamente e que ele está unicamente citando", Grésillon e Maingueneau desenvolvem a idéia de provérbio como discurso relatado e, portanto, polifônico:

"On peut même dire que le proverbe est le discours rapporté par excellence. Il reprend non les propos d'une autre spécifié, mais celui de tous les autres, fondus dans ce 'on' caractéristique de la forme proverbiale. Non seulement, comme dans la polyphonie ordinaire, la responsabilité de l'assertion d'un proverbe est attribuée à un personnage distinct du locuteur, mais encore elle mêle la voix du locuteur à toutes les voix qui ont proféré avant lui le même adage." (1984, p. 112)

Anscomb (1995) compara a totalidade dos provérbios com o corpo de leis, explicando que o advogado que utiliza a lei não é seu autor e nem se apresenta como tal (o autor é a justiça), embora tenha a responsabilidade de escolher as leis sobre as quais vai se apoiar. O mesmo ocorre com o locutor de um provérbio. Ele apóia seu dizer sobre esse ou aquele provérbio, mas não é o seu autor e nem se responsabiliza pelo que diz, apesar de dar sua aprovação ao enunciador polifônico colocado em jogo na enunciação, a saber: a popular.

É importante destacar que esse caráter polifônico, constitutivo do provérbio, funciona de modo a perpetuar valores sociais e de validar enunciados produzidos. Na realidade, sendo um argumento de autoridade que provém não de um indivíduo em particular, mas da coletividade, serve não só para legitimar, mas para maximizar a validade do dizer, um dizer que possui marcas específicas, dentre elas as prosódicas, que o singularizam e que têm sido apontadas como fator determinante para a sua fácil memorização.

3 Binarismo rítmico e binarismo semântico

Defendo hoje a hipótese de que as simetrias rítmicas que constituem os provérbios atuam não no sentido de favorecer a memorização, como argumenta a maioria dos autores,⁹ mas de sustentar um dualismo semântico que vai ao encontro da busca de "certezas" do sujeito pragmático. Os provérbios colocam em pauta uma bipolarização de sentidos. Portanto, não são memorizados porque possuem tais características formais como apregoam muitos trabalhos, mas porque essas características formais sustentam uma bipolarização de ordem semântica, que simplifica a complexidade do mundo e da experiência humana, atendendo à demanda desse sujeito pragmático que só se sente seguro num mundo em repouso e organizado dualisticamente.

Greimas, ao falar sobre os aspectos formais dos provérbios, destaca que a estrutura binária que os caracteriza poderia se constituir em significante de "um mundo acabado, equilibrado e em repouso" (1975, p. 294). Penso que isso não ocorre, portanto, fortuitamente. Essas "séries acabadas", esse "sistema de significação fechado", conforme os termos de Barthes (1982), que parece provocar uma espécie de bloqueio à polissemia, coloca em pauta, sempre e somente, duas possibilidades, agenciando o sentido numa certa direção e, conseqüentemente, controlando as ações dos indivíduos que perdem assim outras alternativas de interpretar o mundo e de agir sobre ele.¹⁰

⁹ Dentre esses autores, situo Rodegem (1984) que partilha da idéia de que os paralelismos fônicos, freqüentemente aliados às estruturas sintáticas peculiares dos provérbios – frases elípticas, inversão da ordem padronizada dos constituintes de frase e construções paralelísticas –, atuam no sentido de garantir a sua permanência. Para ele, as simetrias formais incrementam a memorização do material significante. Em trabalho anterior, também aderi a essa tese (Ernst-Pereira, 1994). No entanto, atualmente penso ter de relativizá-la. Anscombe (2001 p. 25) apresenta uma crítica à explicação freqüentemente dada para o fato de que as estruturas rítmicas, no caso dos provérbios, teriam essencialmente uma função mnemotécnica. Diz ele: "Il me semble que cette explication a le grand inconvénient de ne rien expliquer du tout. En effet, qu'il soit plus facile de retenir une structure rythmée qu'une structure non rythmée relève du domaine de l'évidence. Mais cela ne signifie pas que chaque fois qu'il y a une structure rythmique, sa motivation soit la mise en place d'un procédé de mémorisation – à moins de confondre condition suffisante et condition nécessaire."

¹⁰ Obviamente, existem alterações de caráter humorístico que funcionam na contramão dos provérbios, como por exemplo: "Depois da tempestade, vem a gripe", "Gato esquentado ... morre", "Quem dá aos pobres, paga a conta do motel", "Quem ri por último é retardado", "Os últimos serão os desclassificados", etc. Mantendo a estrutura formal dos provérbios, elas são sintomas da apreensão, pelo indivíduo, do processo de sujeição a que está exposto.

Todavia, é importante ressaltar que todo e qualquer provérbio assenta-se sobre uma binaridade semântica, mas nem sempre ela se apresenta no nível formal (como por exemplo em "Todos os rios correm para o mar"), apesar de grande parte deles assim se constituir. Trata-se, pois, de um atributo comum, mas não necessário. Entendendo a estrutura rítmica binária dos provérbios e ditados como traço distintivo mais geral do que as dimensões das unidades nas quais eles se realizam, Greimas (1975) mostra que a explicação de seu estatuto original deve ser buscada nas "frases de modulação". Ela pode, então, ocorrer através de: (1) oposição de duas orações: "Quem casa // quer casa"; (2) oposição de duas orações sem verbo: "Hoje rico e festejado // amanhã pobre e desprezado"; (3) oposição de dois grupos de palavras no interior da oração: "Pelo fruto // se conhece a árvore". Esse binarismo formal é reforçado por rimas e assonâncias e também por oposições no plano lexical (repetição de palavras: "Quem com ferro fere com ferro será ferido"; pares oposicionais de palavras: "Quanto maior é a subida, maior é a queda").

Com relação ao que estou chamando de bipolarização ou binaridade semântica, entendo-a como a apresentação de uma oposição fundadora que integra a noção de valor (positivo/negativo) apresentada na estrutura sintática e/ou nos itens lexicais constituintes dos enunciados proverbiais. Parto aqui de uma das hipóteses formuladas na Teoria dos Topoi de que eles, os "topoi", não se encontram apenas no nível dos encadeamentos, mas também no nível lexical, onde fundamentam o sentido das palavras. Assim, quando se diz "Quem espera, sempre alcança", têm-se inscritos no próprio léxico, elementos que conduzem a conclusões contrárias, pois enquanto o verbo "esperar" implica "imobilidade", o verbo "alcançar" implica "ação" ou "mobilidade". Na realidade, não se pode falar de "esperar" sem se evocar passividade nem tampouco falar de "alcançar" sem se evocar ação. Mas a isso o provérbio atribui valores: um valor positivo à imobilidade e um valor negativo à ação. Portanto, o provérbio tem uma função altamente argumentativa, não se destinando a dar informações, mas a conduzir o sentido numa certa direção.¹¹

A pergunta, então, que surge é a seguinte: de que forma são atribuídos esses valores ideológicos? O verbo "esperar" não poderia receber em determinadas situações um valor negativo, como por exemplo no enunciado: "Ele não se agiliza, fica esperando que as oportunidades caiam do céu"? Então, o que faz com que receba um

¹¹ Anscombe e Ducrot consideram que a língua é apenas argumentativa e que, se há informação, essa informação é derivada da argumentatividade. (cf. Anscombe, 1995)

valor positivo no provérbio "Quem espera sempre alcança"? Acredito que se possa falar aqui de "topoi"¹² contraditórios: ao primeiro "topos" se atribuiria o valor de "esperar" (T1) e ao segundo, o valor de "não esperar" (T2).

Quando se diz "Quem espera sempre alcança", está-se evidentemente respeitando T1; se se dissesse, entretanto, "Quem espera nunca alcança", T2 é que estaria sendo respeitado (no exemplo dado anteriormente, "Ele não se agiliza, fica esperando que as oportunidades caiam do céu", é essa a noção que subjaz ao enunciado).

No caso, há também uma relação de antecedente/conseqüente, mais especificamente, entre uma condição e uma conseqüência, fato que aproxima o uso das relativas sem antecedente das construções condicionais. Portanto, uma paráfrase perfeitamente possível das formas proverbiais acima seria: Se esperares, então alcançarás/Se esperares, então não alcançarás. Construções como essas que colocam em jogo relações de dependência, sob o meu ponto de vista, restringem o número de "topoi" que poderiam ser aplicados pelo tipo de ideologia que convocam.

Essa relação de dependência sintático-semântica, secundada pelas simetrias fônicas, dá à visão de mundo apresentada nos provérbios e ditados uma aparência de algo que faz parte da natureza das coisas e, fazendo parte da natureza das coisas, é inquestionável.

4 Provérbio e Mito

Essas construções parecem conter o caráter preditivo de que nos fala Barthes (ibid.), o que também ocorreria no mito. Buscando uma aproximação do mito ao provérbio, o autor diz que "o mito tende para o provérbio" e que, no provérbio, há todo um investimento da ideologia burguesa em direção ao "universalismo", à "recusa de explicação" e a uma "hierarquia inalterável do mundo". Explica que o provérbio popular, ancestral constitui-se a partir de

¹² Pode parecer estranho falar de "topos" para explicar outro "topos", mas isso se justifica em razão de sua constituição lingüística, fazendo-o sofrer as mesmas restrições relativas às demais frases. Tem-se, pois, no provérbio um "topos" sobre outro "topos". Sua organização que normalmente ocorre em termos de argumento (A) + conclusão (C) é intermediada por um "garanti" de que ele próprio é o representante. Veja-se a frequência com que são utilizadas as construções relativas e as condicionais em sua formulação. Nelas se faz possível entrever um "donc" (então), atestando uma relação de causa e conseqüência. Inúmeros são os exemplos: "Quem semeia vento colhe tempestade"; "Quem ama o feio, bonito lhe parece"; "Se estiveres na tua tenda, não te acharão na contenda"; "Se neste mundo queres gozar, é ver, ouvir e calar", etc.

uma visão "instrumental do mundo como objeto". Assim, quando o camponês diz "o tempo está bom" pretende agir, aplicar tal constatação ao seu trabalho e não simplesmente comentar as condições climáticas. Para o autor,

"todos os nossos provérbios populares representam mais uma fala ativa, que pouco a pouco se solidificou em fala reflexiva, mas de uma reflexão diminuída, reduzida a uma constatação, e, de algum modo, tímida, ligada ao mais possível ao empirismo. O provérbio popular prevê, muito mais do que afirma, permanece a fala de uma humanidade que se está constituindo, e não de uma humanidade já constituída." (1982, p. 174)

Esse saber prático de utilização imediata encerra-se em enunciados, originalmente orais, que são retomados de geração a geração e que têm por fim controlar e/ou organizar a imprevisibilidade do mundo ou da experiência humana através da lei de repetição própria da língua. É o primado da cultura sobre a natureza que se institui através da linguagem. Segundo Ollier (1976), o provérbio começa a se estabelecer a partir da experiência concreta que fornece a base para a instituição de categorias e, conseqüentemente, de classificação. Para mim, é um princípio de ordem por excelência, de uma ordem que busca bloquear a transformação, engessar os sentidos, camuflar a mutabilidade da existência, simplificar a complexidade humana, enquadrando-a em esquemas fixos.

Tal tentativa de imobilizar o mundo é uma característica comum aos provérbios e aos mitos. Assim como o mito, o provérbio "constata" não explica nada do mundo. Tudo passa a ser normal e previsível. A própria visão dualística que caracteriza nossa cultura é considerada "natural". De acordo com Barthes,

"[...] o mito faz uma economia: abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhe a simplicidade das essências, suprime toda e qualquer dialética (...), organiza um mundo sem contradições, porque sem profundidade, um mundo plano que se ostenta em sua evidência, cria uma clareza feliz: as coisas parecem significar sozinhas, por elas próprias." (1982, p. 164)

Os provérbios, então, aparecem como a expressão direta da natureza das coisas. Anscombe (2000) também estabelece uma relação entre os provérbios e os mitos, dizendo que tanto os mitos quanto os provérbios são crenças coletivas e representam um modo de conhecimento subjetivo, em oposição ao discurso lógico. Não há distância entre o sujeito e o objeto. Nos dois casos, trata-se de verdades eternas, imediatas que se fundamentam em práticas exemplares. É exatamente essa força mítica que confere ao provérbio um poder de persuasão insuperável.

5 Conclusão

Tenho consciência de que o presente artigo tem um caráter amplo e deixou questões em suspenso que deverão ser objeto de reflexão posterior. É o caso, por exemplo, de como se constituem, no plano estritamente formal, as simetrias rítmicas. Para isso, haveria necessidade de se mobilizarem pressupostos teóricos ligados aos estudos prosódicos, o que, no momento, não é meu objetivo. Acredito, no entanto, que a perspectiva aqui delineada sobre a relação entre os aspectos prosódicos que caracterizam tais simetrias rítmicas e a constituição semântica binária do enunciado proverbial, assim como o seu parentesco com o mito, pode se revelar promissora para o entendimento da natureza e da constituição do provérbio como enunciado argumentativo por excelência.

Referências bibliográficas

- AMOSSY, Ruth. *Les idées reçues*. Sémiologie du stéréotype. Paris: Nathan, 1991.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude. *Théorie des Topoi*. Paris: Kimé, 1995.
- . Parole Proverbiale et Structures Métriques. *Langages*. Paris, v. 139, 2000, p. 6-26.
- BARTHES, R. *Mitologias*. São Paulo: Difel, 1982.
- DUCROT, Oswald. *Topoi et Formes Topiques*. In: ANSCOMBRE, Jean-Claude et al. *Théorie des Topoi*. Paris: Kimé 1995.
- . *Polifonía y argumentación*. Calli: Universidad del Valle, 1988.
- ERNST-PEREIRA, Aracy. *Na inconsistência do humor, o contraditório da vida. O discurso Proverbial e o discurso de Alterações*. Porto Alegre: PUCRS, 1994. Tese de Doutorado.
- GREIMAS, A. J. *Sobre o Sentido*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- GRÉSILLON, A.; MAINGUENEAU, D. Polyphonie, Proverbe et Détournement. *Langages*, 73, 1984, p. 112-127.
- KLEIBER, G. Sur la définition du proverbe. *Nominales. Essai de sémantique référentielle*. Paris: Armand Colin, 1994, p. 207-225.
- MILNER, G. B. De l'armature des locutions proverbiales. *Essai de taxonomie sémantique. L'homme IX*, 13, 1969, p. 49-70.
- OLLIER, Marie-Louise. Proverbe et Sentence: le discours d'autorité chez Chrétien de Troyes. *Revue des sciences humaines*, 163, 1976.

PÊCHEUX, Michel. *Discurso. Estrutura ou Acontecimento?* Campinas: Pontes, 1990.

RACCAH, P-I. Argumentation and natural language. Presentation and discussion of four foundational hypotheses. *Journal of Pragmatics*. Amsterdam, v. 24, 1995.

SCHAPIRA, Charlotte. *Les stéréotypes en Français*. Paris: Ophrys, 1999.

TAYLOR, Archer. *The Proverb*. Cambridge-Massachusetts: Harvard University Press, 1931.

WHITING, B. J. The Nature of the Proverb. *Harvard Studies and Notes in Philology and Literature*, 14, 1932.